

AMÉRICA LATINA E CARIBE INTEGRADA CONTRA A CRISE DO CAPITAL

Mauri Antônio da Silva¹

RESUMO

A integração da América Latina e do Caribe vem sendo construída através de várias iniciativas de governos comprometidos com a transformação social e econômico para a emancipação de seus povos frente a crescente mundialização do capital. Este artigo analisa o surgimento de vários organismos internacionais visando uma concertação de esforços para o alcance de uma América Latina e Caribe solidária e socialmente justa.

Palavras chave: América Latina, Caribe, integração, políticas sociais.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA AMÉRICA LATINA

Depois de uma forte onda neoliberal entre os anos de 1980 a 1990, a América Latina passou por mudanças políticas fundamentais com a eleição de governos progressistas que surgiram diante da crise da hegemonia neoliberal, fracassada em seus propósitos de trazer crescimento e desenvolvimento para a região (BORÓN, 2001).

Estudos recentes indicam que a partir de 2004 houve um desenvolvimento melhor em função do crescimento cíclico da economia mundial com taxas de crescimento de 5,0% em 2005 e 5,8% nos anos de 2006 e 2007. Mas, “em 2008, já sob os efeitos da crise econômica mundial, essa taxa se desacelera para 4,1% e em 2009, quando a recessão se estabelece com toda força na região, com uma taxa negativa de crescimento do PIB (- 2,3%)” (CARCANHOLO, 2011, p. 100).

De acordo com Sampaio Júnior (2009, p.118), a crise econômica mundial que eclodiu em 2008 teve sua origem na liberalização que solapou as regulamentações institucionais, “que nos primeiros anos do pós-guerra, tinham estabelecido certos limites

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. Investigador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Questão Social na América Latina (NEPTQSAL/PPGSS/UFSC). E-mail: mauri.silva19@gmail.com

à atuação do capital financeiro, reduzindo os impactos mais perversos da concorrência intercapitalista em escala planetária sobre a economia popular”.

Na análise de Sampaio Júnior (2009, p. 127-8),

“O desdobramento da crise na América Latina tende a repetir a dinâmica que, em suas linhas gerais, não deve destoar do padrão conhecido, combinando estrangulamento cambial, desorganização das finanças públicas, instabilidade monetária e financeira, estagnação da produção, quebra de empresas, destruição de forças produtivas e ampliação do desemprego... Instalada a crise, as pressões do imperialismo para despejar o ônus da recessão global nas economias da região serão cada vez maiores. Encerrado o efêmero ciclo de crescimento na região, após três décadas de estagnação, a ordem econômica internacional recolocará a América Latina na rotina de Sísifo do ajuste econômico permanente”.

Há um grande grau de atraso na estrutura produtiva capitalista latino-americana que limita sua concorrência no mercado internacional. Basta lembrar que apesar do grande alarde de expansão de multinacionais latinas “a região conta com apenas 18 grupos empresariais entre os 100 maiores grupos dos países emergentes, sendo inferior a 2% o número de empresas de capital brasileiro e mexicano, as duas maiores economias do continente, entre as 2000 maiores corporações do mundo” (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p.131).

Uma mudança dessa situação depende da construção de um roteiro de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que tende a encadear a luta em defesa dos interesses nacionais e da economia popular à luta contra o próprio regime do capital (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p. 137).

Em 2015, o produto interno bruto (PIB) de América Latina e o Caribe reduziu-se em 0,4%. Este resultado é considerado o mais baixo desde 2009. A contração da atividade da atividade econômica regional foi o resultado do menor dinamismo das economias da América do Sul, que passaram de uma expansão média de 0,6% do PIB em 2014 a uma queda de 1,6% em 2015 (CEPAL, 2016, p. 9).

Em estudo sobre a pobreza na América Latina demonstrou-se que os baixos índices de crescimento regional trouxeram aumento do desemprego e da informalidade, obrigando os governos a ampliarem os gastos públicos nas áreas sociais (ONU, 2005, *apud* MATTEI, 2012). Em termos agregados, esses gastos subiram de 10% do PIB, em

1990, para 13,8%, em 2003. O impacto desses gastos é ainda incipiente, uma vez que em 2002 existiam 221 milhões de pessoas enquadradas como pobres, o que representava 44% da população de todo o continente e deste total, 96 milhões estavam na condição de pobreza extrema (MATTEI, 2012, p.156).

Em estudo publicado em 2007, a Cepal mostrou que o problema continuava. Segundo Mattei “das 136 milhões de pessoas classificadas como pobres em 1980, passou para 184 milhões em 2007, ao mesmo tempo em que os indigentes passaram de 62 milhões de pessoas para 71 milhões no mesmo período” (MATTEI, 2012, p. 165).

A trajetória de redução da pobreza na região foi interrompida entre 2013 e 2014. De acordo com o documento *Panorama Social de América Latina 2015* da Cepal, as taxas de pobreza e indigência medidas pela renda, se mantiveram estáveis na América Latina em 2014, ao comparar-se com o ano anterior de 2013. Elas situaram-se em 28,2% e 11,8% da população da região, respectivamente, e se estima que ambas poderão aumentar em 2015 e por isso a Cepal conclamou os governos da região para impedir os retrocessos sociais em um cenário de projeção de menor crescimento econômico.

Em números absolutos, houve um aumento de 2 milhões de pobres na América Latina e Caribe em 2014 em comparação com 2013. A pobreza alcançou 168 milhões de pessoas, entre as quais, 70 milhões estavam em situação de indigência. As projeções da Cepal para 2015 são de que a taxa regional de pobreza poderia ter aumentado em 29,2% dos habitantes da região (175 milhões de pessoas) e a taxa de indigência pode ter crescido a 12,4% da população (75 milhões de pessoas). (CEPAL, 2015).

Houve uma evolução do gasto social para 19,5% do PIB da região no período 2013-2014, mas a Cepal considera que diante das previsões de taxas negativas de crescimento econômico é possível que ocorra um estancamento a curto prazo (CEPAL, 2015).

Conclui-se que apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, em face da retomada cíclica do crescimento da economia mundial a partir de 2004 e da implantação de programas de combate à fome por parte dos governos, as taxas de pobreza continuam elevadas, sendo este um dos maiores desafios dos governos latino-americano e caribenho, diante dos impactos da crise mundial do capitalismo que se agravaram em 2014 e 2015 na região.

2. A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

Simón Bolívar, o libertador de vários países latino-americanos, já no começo do século XIX tentou constituir uma confederação permanente das nações latino-americanas como contrapeso necessário à chamada Santa Aliança, que incluía também a Espanha, e às crescentes ambições imperialistas dos Estados Unidos. Na defesa de uma solução para os graves problemas da humanidade, Bolívar chegou a propor “uma forma de todas as nações da humanidade se reunirem harmoniosamente no Istmo do Panamá para fazerem a capital de nosso globo tal como Constantino queria fazer de Bizâncio a capital do antigo hemisfério” (MÉSZÁROS, 2006, p. 83). No entanto, todos os esforços foram anulados pelos Estados Unidos e seus aliados e então o que predominou foi a desintegração das jovens repúblicas da América Latina.

As tentativas de materialização da proposta de integração voltam a partir da década de 1960, sob o influxo das ideias cepalinas, que viam o caminho da industrialização, sobretudo a substituição de importações como o caminho adequado para a superação da situação de subdesenvolvimento das economias da região (GONZÁLEZ, 1984). Foi quando se introduziu medidas econômicas como instrumento de integração, através da adoção de propostas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entre estas propostas destacou-se a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, criada em 1962, e posteriormente substituída pela criação da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, criada em 1980, tendo como países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A ALADI mantém um sistema preferencial de tarifas alfandegárias na região e oferece oportunidades de acordos regionais. De acordo com Castro (2015, p. 147), o “processo integrador impulsionado no marco da Aladi busca propiciar o desenvolvimento socioeconômico harmônico e equilibrado da região e tem o objetivo de construir, a longo prazo, de forma gradual e progressiva, um mercado comum latino-americano”.

3. MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi instituído em 1991 pelo Tratado de Assunção, integrando o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e visava a conformação de um espaço econômico comum aos quatro países, refletindo o espírito mercantilista e livre-cambista da época. A Venezuela passou a fazer parte do bloco a partir de 2012. Ele foi concebido como um ensaio para a liberalização geral do

comércio, em conformidade com a ideologia neoliberal dos governos de Collor de Melo e Carlos Menem. Funcionou também como um instrumento adicional para a liberalização da economia brasileira, sem divergir das grandes linhas do Consenso de Washington. Os países passaram a adotar uma Tarifa Externa Comum (TEC) de exportação que serviu para favorecer o livre comércio. No entanto, não foram adotados mecanismos para coordenação de políticas macroeconômicas. Acordos de livre comércio foram impulsionados entre o Mercosul e os países do Chile e Bolívia e em 1998 foi firmado um acordo para a conformação de uma área de livre comércio com a Comunidade Andina de Nações (CAN) efetivado em 2004. Nesta época não houve entendimentos para uma área de livre comércio com a União Europeia e as negociações com os Estados Unidos sobre a implantação da ALCA fracassaram em Mar Del Plata no ano 2005.

Posteriormente, a política externa do Brasil, a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, fortaleceu o Mercosul como bloco regional, subordinando as negociações da ALCA e assim evitando desvantagens nas negociações com os Estados Unidos. No entendimento de Bandeira (2004), desde o governo de Itamar Franco, a proposta do Mercosul entra em confronto com a proposta estadunidense da ALCA², por formar outro polo concêntrico mediante a assinatura de acordos de livre comércio com os membros sul-americanos da ALADI, visando a conformação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul - ALCSA.

O Mercosul é uma potência econômica que soma um PIB de 3,641 trilhões de dólares, equivalente a 82,3% do PIB de toda a América do Sul. Conta com um território de quase 13 milhões de quilômetros quadrados onde vivem mais de 275 milhões de habitantes. É a área econômica e industrial mais dinâmica, competitiva e desenvolvida tanto da América Latina como de todo o Hemisfério Sul do mundo. É considerado o quarto bloco econômico mundial por seu volume e importância de negócios. É também a quinta economia mundial pelo PIB nominal produzido pelo bloco (CASTRO, 2016). As potencialidades imensas do Mercosul são bases materiais que podem ser utilizadas para a atuação soberana no plano geopolítico internacional: “Também é o maior produtor mundial de alimentos, possui as maiores reservas energéticas, minerais, de recursos naturais,

² A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), tal como proposta pelos Estados Unidos, em 1994, foi soterrada pelos movimentos sociais e governos progressistas em Mar Del Plata no ano de 2005. Sobre o tema ver Sader (2001) e Martinez (2005).

de recursos hídricos e de petróleo do planeta” (CASTRO, 2016, p. 156). De acordo com as informações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o comércio dentro do bloco multiplicou-se por mais de 12 vezes em duas décadas, saltando de US\$ 4,5 bilhões (1991) para US\$ 59,4 bilhões (2013). Oitenta e sete por cento (87%) das exportações brasileiras destinadas ao Mercosul são de produtos industrializados.³

Apesar dos ataques da direita conservadora alinhada ao pensamento pan-norte-americano e da grande imprensa sobre o bloco econômico, a verdade é que ele se fortaleceu politicamente e muitos países procuraram adesão ao bloco que além de promover a integração comercial, vem também impulsionando a livre circulação de pessoas, a harmonização de legislações e incrementando a participação social nos seus fóruns (CASTRO, 2016, p.157).

4. ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DA NOSSA AMÉRICA-ALBA

A ALBA foi lançada em Cuba, na cidade de Havana, no dia 14 de dezembro de 2004, quando os presidentes de Cuba e da República Bolivariana da Venezuela (RBV), Fidel Castro e Hugo Chávez, assinaram o acordo para a aplicação da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) prevendo a cooperação nas áreas da economia, saúde, turismo, energia, esportes, telecomunicações, transportes, infraestrutura, biodiversidade e educação.

Em julho de 2004, Cuba e Venezuela decidiram lançar uma ampla campanha humanitária continental com o nome de “Operação Milagre”, vigente até hoje, que consiste em operar gratuitamente latino-americanos e caribenhos pobres que não tenham a possibilidade de pagar por uma operação de catarata, a qual tem um alto custo. A generosidade dessa missão humanitária se espalhou para outros continentes (África e Ásia). A “Operação Milagre” conta com 49 centros oftalmológicos em 15 países da América Central e Caribe. Em 2011, mais de dois milhões de pessoas de 35 países recuperaram a plena visão.

Em 26 de abril de 2006, a Bolívia, com Evo Morales na presidência, somou-se ao grupo a partir do Tratado de Comércio dos Povos. A proposta originária da ALBA-TCP, que já conta com a adesão integral de Cuba, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Dominica,

³ Informações colhidas em: < <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acessado em 27 mar. 2016

Equador, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas. Esta união prevê a integração política, econômica e cultural solidária, objetivando a superação da dependência estrutural das nações latino-americanas, a cidadania democrática plena do povo, a articulação das identidades populares latino-americanas, o fortalecimento do Estado na economia e a criação efetiva de uma ordem mundial multipolar e justa.

Entre as várias propostas integrantes da Alternativa Bolivariana estão o fortalecimento da Comunidade Andina de Nações,⁴ a ampliação e consolidação do Mercosul e a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Outras propostas que já se encontram em processo de implantação são organização do Fundo Humanitário Internacional e do Banco do Sul, para financiamento de emergências sociais assim superando a dependência financeira; do Petrocaribe, empresa energética multilateral para a integração energética e o desenvolvimento social e da Telesur- Televisión del Sur, uma rede de televisão multiestatual para América, com sede na Venezuela, que iniciou suas transmissões em 24 de Julho de 2005, aniversário de nascimento de Simón Bolívar, se propõe a ser um meio de comunicação continental para a integração cultural e contra a intoxicação midiática dos centros de poder (VENEZUELA, 2006, p.44).

Contrapondo-se ao projeto neoliberal foi criado ainda o FUNDO ALBA CARIBE, destinado a financiar programas sociais e econômicos. Outros fundos estatais foram sendo criados para fomentar o emprego, as atividades produtivas e de serviços, melhorar a cultura, o esporte, a educação e a saúde pública no arquipélago das Antilhas.

No 5º. Encontro Hemisférico de Luta contra os Tratados de Livre Comércio e pela Integração dos Povos, realizado em três de maio de 2007, em Havana, Cuba, Osvaldo Martínez, em nome do Comitê Organizador do Encontro, ressaltou os avanços em 2 anos e 4 meses de cooperação entre Cuba e Venezuela, demonstrando a viabilidade deste modelo de integração, conforme um relato breve da Cúpula da Aliança Bolivariana das Américas- Tratado de Comércio dos Povos, onde a delegação cubana expôs alguns de seus primeiros resultados:

“30 mil médicos cooperando nos serviços de saúde e 70 mil jovens formando-se como médicos; 2 milhões de latino-americanos aprenderam a ler e escrever; mais de 600 mil pessoas operadas em menos de 3 anos que hoje podem ver o mundo em que vivemos; técnicos e profissionais de um país trabalhando em outros países, sem salários milionários, nem casas amuralhadas com piscinas; intercâmbio comercial que cresce sem tarifas nem barreiras absurdas; empresas mistas, sem espírito de ave de rapina, pensando no benefício dos povos e não no

⁴ Devido à assinatura de Tratados de Livre Comércio por parte de Peru e Chile com os Estados Unidos, a Venezuela se retirou do CAN no ano de 2011.

lucro dos proprietários; empréstimos, facilidades comerciais, inversões, acesso sem restrição aos avanços da ciência, sem que os conhecimentos sejam também objetos do mercado; fornecimento estável de combustível com facilidades financeiras e com um claro conceito de generosidade solidária” (MARTINEZ, 2007).

O Banco da ALBA já foi instalado na Venezuela e está operando com uma moeda alternativa ao dólar, o sucre. Trata-se do uso do Sistema Único de Compensação Regional (SUCRE), moeda virtual de intercâmbio para as transações comerciais entre os países do bloco, sem necessidade de recorrer ao dólar (SILVA, 2012).

No XIII Conselho Político da ALBA-TCP, realizado em julho de 2014, Caracas na Venezuela, para revisar e atualizar a agenda política, econômica e social do grupo de integração regional, o vice-presidente boliviano Álvaro García Linera explicou que a ALBA significou para a Bolívia a alfabetização de todos os bolivianos, mais de 500 mil curas gratuitas de visão e mais de cinco milhões de atenções médicas gratuitas para pacientes leves e graves em centros médicos. Ressaltou-se ainda que a ALBA forneceu o petróleo faltante na Bolívia e os alimentos em uma etapa de crise econômica como a registrada em 2008 (GRANMA, 2014).

5. UNASUL

A União das Nações Sul-americanas foi criada com o objetivo de unir todo o continente Sul não apenas no plano econômico, mas também promovendo uma integração social, político e cultural. Ela abrange os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e a Venezuela.

Em 08 de dezembro de 2004, durante a 3ª. Reunião de Presidentes da América do Sul, na cidade de Cuzco, no Peru, foi redigida uma carta de intenções denominada Declaração de Cuzco, anunciando a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. O nome foi modificado para UNASUL durante a 1ª Reunião Energética da América do Sul, na Venezuela, no ano de 2007. Em 23 de maio de 2008, em Brasília, foi assinado o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas durante a III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países membros quando a UNASUL se tornou um organismo internacional, impulsionando políticas regionais com significativas medidas práticas (CESAR, 2011).

A UNASUL já dispõe de um mercado comum; de projetos de cooperação de infraestrutura como a construção de um corredor bi oceânico, do Anel Energético Sul-

Americano e do projeto Gás de Camisea de Cuzco para extração e transporte de gás natural; a livre circulação de pessoas e uma política monetária que vem sendo desenvolvida pelo Banco do Sul e tem sede na Venezuela, com um projeto para uma moeda única sul-americana.

Entre as importantes políticas de integração desenvolvidas no marco da UNASUL, temos a abolição do requerimento de passaporte para viagens de turismo entre os países membros, com exceção da Guiana, facilitando assim o trânsito e demonstrando a intenção dos países em avançarem para a plena liberdade de trânsito e residência para os cidadãos latino-americanos; fomento de atividades coordenadas e convergentes para garantia da segurança pública; desenvolvimento de políticas públicas para o combate da exclusão das minorias (CESAR, 2011).

No plano político destaca-se o papel importante que o organismo desenvolveu em termos democráticos pois a partir de sua constituição a UNASUL, não mais a OEA, passou a constituir o foro para a solução de controvérsias políticas entre Estados sul-americanos (GUIMARÃES, 2015, p. 15). A UNASUL freou diversos intentos de desestabilização política na região, como os ocorridos na Bolívia (2008), Equador (2010) e Venezuela (2014). Como observa Cano (2009, p. 14), há avanços, mas a integração latino-americana e caribenha demonstra fragilidade política na hora de encaminhar suas decisões: “o pleno funcionamento do Banco Sul, que acaba de ampliar seu capital para US\$ 20 bilhões, ainda depende da efetiva integralização de seus principais membros”.

6. CELAC

A Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos - CELAC é, até agora, o estágio mais avançado do processo latino-americano e caribenho de integração em escala regional. Foi fundada em 2010, em Playa del Carmen, no México, durante a Cúpula da CELAC.

A CELAC abrange uma região de enormes potencialidades, que podem vir a ser o motor de um desenvolvimento integral e sustentável.

“A América Latina e o Caribe possuem 15% da superfície do mundo e 8,5% da população do planeta, detêm uma notável proporção dos principais recursos minerais não renováveis, um terço das reservas de água doce, 12% das extensões cultiváveis, 21% dos bosques naturais e o mais elevado potencial para a produção de alimentos” (CASTRO, 2015, p. 36-7).

A atuação da CELAC traduz-se em construir um espaço comum com o propósito de aprofundar a integração política, econômica, social e cultural da região. “No plano

econômico, a CELAC enfocou o exame das alternativas para enfrentar a crise financeira mundial e, no plano social, o fomento da equidade, da inclusão e da erradicação da pobreza e da fome”, explica Castro (2015, p. 174).

Ao ser eleito para a presidência *pró-tempore*, em 2015, o presidente do Equador Rafael Corrêa apelou aos governos para se ir além do Plano de Ação 2015 e avançar no compromisso com a erradicação da extrema pobreza e da miséria na região; a promoção do direito a educação para todas as crianças e o investimento forte em ciência e tecnologia, outorgando-lhe pelo menos 1,5% do PIB até o ano 2020; a importância de reatualizar a institucionalidade regional e fortalecer a CELAC como instrumento de defesa das soberanias latino-americanas e caribenhas (CASTRO, 2015).

Passados dez anos de criação da UNASUL e após quatro anos do início da evolução da CELAC, realizou-se em Guayaquil em 5 dezembro de 2014, um seminário de avaliação da integração que antecedeu a Cúpula da UNASUL realizada em Quito no dia seguinte. Na ocasião, um dos principais animadores da integração, o ex-presidente Lula afirmou que a capacidade regional de avançar na integração será decisiva para que a América Latina e o Caribe consigam enfrentar a nova etapa da crise. Lula observou que em dez anos os intercâmbios comerciais entre os países latino-americanos e caribenhos evoluíram de 50 bilhões de dólares para 189 bilhões e mais da metade deles em produtos manufaturados. Destacou ainda, o desafio de integrar cadeias produtivas entre nossos países e adotar políticas ativas de distribuição da renda, afirmando que nos países que seguiram esse caminho a economia cresceu acima da média mundial. Neste decênio o desemprego na região baixou de 11% em 2003 para 6% no ano 2014, ao mesmo tempo em que o salário-mínimo teve um aumento real de 20% em média, ao que se somam importantes melhoras nos serviços de educação e saúde (CASTRO, 2015).

7. BRICS

A coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) iniciou-se de maneira informal em 2006, com reunião de trabalho à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 2007, o Brasil assumiu a organização do encontro à margem da Assembleia Geral e, nessa ocasião, verificou-se que o interesse em aprofundar o diálogo merecia a organização de reunião específica de Chanceleres do então BRIC (ainda sem a África do Sul).

A primeira reunião formal de Chanceleres do BRIC foi realizada em 18 de maio de 2008, em Ecaterimburgo, na Rússia. Desde então, o acrônimo, criado alguns anos antes pelo mercado financeiro, não mais se limitou a identificar quatro economias emergentes, passando o BRICS a constituir uma nova entidade político-diplomática.

O BRICS tem expandido suas atividades em duas principais vertentes: (i) a coordenação em reuniões e organismos internacionais; e ii) a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros.

Com relação à coordenação dos BRICS em foros e organismos internacionais, o mecanismo privilegia a esfera da governança econômico-financeira e também a governança política. Na primeira, a agenda do BRICS confere prioridade à coordenação no âmbito do G-20, incluindo a reforma do FMI. Na vertente política, o BRICS defende a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, de forma a melhorar a sua representatividade, em prol da democratização da governança internacional. Em paralelo, os BRICS aprofundam seu diálogo sobre as principais questões da agenda internacional.

Cinco anos após a primeira Cúpula, em 2009, as atividades intra BRICS já abrangem cerca de 30 áreas, como agricultura, ciência e tecnologia, cultura, espaço exterior, *think tanks*, governança e segurança da Internet, previdência social, propriedade intelectual, saúde, turismo, entre outras.

Entre as vertentes mais promissoras do BRICS, destaca-se a área econômico-financeira, tendo sido assinados dois instrumentos de especial relevo na VI Cúpula do BRICS (Fortaleza, julho de 2014): os acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) – voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e países em desenvolvimento –, e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) – destinado a prover apoio mútuo aos membros do BRICS em cenários de flutuações no balanço de pagamentos. O capital inicial subscrito do NBD foi de US\$ 50 bilhões e seu capital autorizado, US\$ 100 bilhões. Os recursos alocados para o ACR, por sua vez, totalizarão US\$ 100 bilhões (BRASIL, 2016).

Ressalta-se ainda que no plano da geopolítica mundial as nações BRICS e sul-americanas – que cooperam na construção da União das Nações Sul-Americanas, UNASUL – estão também apostando em uma nova ordem mundial multipolar e para um processo de independência continental.

Evidentemente o governo estadunidense não vê com bons olhos esta aproximação do bloco comercial do Brasil, com China, Rússia, Índia e África do Sul (BRICS) bem como com os governos populares da América Latina que são alvos de ataques desestabilizadores da direita neoconservadora local associada com os interesses do imperialismo. Desde o fracasso das negociações da ALCA, os Estados Unidos vem implementando tratados de livre comércio bilaterais para consolidar sua provisão de recursos naturais e colocar seus produtos manufaturados. “O Departamento de Estado impulsionou a ratificação de novos tratados com seus sócios da costa do Pacífico. México, Peru, Chile e vários países pequenos da América Central que aceitam esta estratégia de recomposição estadunidense”, afirma Katz (2011, p.85).

O nascimento dos BRICS é a oportunidade de fortalecer os projetos de integração latino-americanos e caribenhos na melhor tradição de Bolívar e de pôr fim a doutrina Monroe. Com os BRICS se constrói um novo polo geopolítico internacional. Na Conferência dos BRICS em Fortaleza, 2014, uma nova dinâmica se iniciou com projetos de infraestrutura, facilidades de crédito e intercâmbios de conhecimentos. Em janeiro de 2015 houve em Pequim uma reunião entre China e CELAC quando foi ampliada a cooperação das áreas de investimento (250 bilhões de dólares em 10 anos) e tecnologia em assuntos de segurança e defesa e também uma coordenação estratégica de assuntos internacionais (HOUTART, 2016).

Segundo Houtart (2016), falta ainda uma transformação na filosofia do desenvolvimento onde crescimento, intercâmbios comerciais, prosperidade são propostos com pouca preocupação com os custos ecológicos e sociais. “Es un hecho positivo que se constituya un polo anti-hegemónico, pero evidentemente, el Sur está aún lejos de una gran transformación que le permitiría liberarse del dominio del capital monopólico”, afirma Houtart (2016, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das forças progressistas neutralizou a proposta da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA e favoreceu a criação de instituições de articulação regional e continental, como Aliança Bolivariana, UNASUL, CELAC, e fortaleceu o MERCOSUL.

Consideramos que as iniciativas integracionistas contribuem para o deslocamento da dominação estadunidense e a construção de um mundo multipolar. A integração deve permitir que os países da região ampliem suas escalas produtivas, fortaleçam seus mercados internos, e desenvolvam complementaridades científicas, tecnológicas, educacionais, ecológicas e culturais.

O êxito de uma integração solidária dependerá da capacidade de resistência dos povos latino-americanos e caribenhos bem como da habilidade de seus correspondentes movimentos sociais e políticos para romper com a dependência e construir um novo projeto societário na região que esteja voltado para a satisfação dos interesses das grandes maiorias, a universalização dos direitos sociais e a promoção da justiça social.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil - Estados Unidos* (De Collor a Lula, 1990-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BORÓN, Atílio. Os “novos leviatãs” e a pólis democrática. In: BORÓN, Atílio A. *A Coruja de Minerva – Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Buenos Aires: Vozes, CLACSO, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *CELAC, 2016*.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *BRICS, 2016*.

CANO, Wilson. *América Latina: notas sobre a crise atual*. Economia e Sociedade, vol.18, no.3, Campinas, Dez. 2009.

CASTRO, Nils. *América Latina e Caribe: integração emancipadora ou neocolonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CESAR, Raquel Coelho Lenz. A UNASUL e o processo de integração latino-americano. In CADEMARTORI, Germana de Oliveira Moraes, CESAR, Raquel Coelho Lenz, CADEMARTORI, Sergio Urquhart (org.). *A construção jurídica da UNASUL*. Florianópolis: Ed. Da UFSC: Fundação Boiteux, 2011.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Panorama*

Social de America Latina 2015. Santiago de Chile: CEPAL, 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Integração regional dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento. In: MATTEI, Lauro (Organizador). *América Latina no limiar do século XXI*. Florianópolis, Insular: 2011.

FLORES, Rafael Correa. *Construyendo el ALBA – “Nuestro Norte es el SUR”*. 1ª. edição. Caracas: República Bolivariana da Venezuela, 2005.

GONZÁLEZ, Horácio. *O que é subdesenvolvimento*. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GRANMA. *Bolivia califica al ALBA de hermana sin hegemonismos*. 2014.

HOUTART, Francois. Los BRICS, un proyecto antihegemónico pero no anticapitalista. 2016.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Prefácio. In CASTRO, Nils. *América Latina e Caribe: integração emancipadora ou neocolonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

KATZ, Cláudio. Singularidades da América Latina. In MATTEI, Lauro (Organizador). *América Latina no limiar do século XXI*. Florianópolis, Insular: 2011.

MARTINEZ, Osvaldo. *Crise económica global: Três anos de percurso*.
 _____ . *Neoliberalismo, ALCA y Libre Comercio*. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2005.
 _____ . *Palavras de abertura do 5º. Encontro Hemisférico de Luta contra os Tratados de Livre Comércio e pela Integração dos Povos*, realizado em 3 de maio de 2007, em Havana, Cuba.

MATTEI, Lauro. Panorama atual da pobreza na América Latina e políticas para seu combate. In: MATTEI, Lauro (Organizador). *América Latina no limiar do século XXI*. Florianópolis, Insular: 2011.

MÉSZÁROS, István. *Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical*. In: Revista Margem Esquerda n.8. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

SADER, Emir (Org.). *ALCA: Integração Soberana ou Subordinada*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SADER e Jinkings (Org.) *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

SILVA, Vanessa. *Sucre: Uma moeda virtual contra a ditadura do dólar*. 2012.

VENEZUELA, Ministerio de Comunicación e Información. *Las misiones bolivarianas – colección Temas de Hoy*. Caracas: Anauco Ediciones, 2006.

